

Never a Saint: D. Carlota Joaquina Protagonista de Episódios das Lutas Liberais num Romance Histórico Britânico*

Gabriela Gândara Terenas
(NOVA FCSH/CETAPS)

Introdução

Construindo uma visão paralela à própria História, os romances históricos acabam, não raro, por tornar essa imagem romançada mais conhecida entre o público leitor do que a veiculada pela historiografia, tal como tive oportunidade de demonstrar na obra *Entre a História e a Ficção: as Invasões Francesas em Narrativas Portuguesas e Britânicas*, publicada em 2012, ainda no âmbito da evocação do bicentenário da Guerra Peninsular.

Várias foram as figuras da História retratadas nessas narrativas, tanto britânicas como portuguesas, de entre as quais relembro, a título exemplificativo, o Príncipe Regente, D. João (futuro D. João VI), Sir Arthur Wellesley (futuro Duque de Wellington) ou o próprio Imperador Napoleão Bonaparte, as quais, todavia, nunca se identificaram com os protagonistas dos romances, surgindo antes como personagens secundárias. De facto, tal como Castelo Branco Chaves refere, a narrativa histórica não apresenta figuras que tivessem tido existência efectiva como personagens centrais do enredo, (1979, 28) o que, todavia, não se verifica na obra em apreço.

* Uma primeira versão deste texto foi apresentada no Congresso Internacional “Historical Fiction, Fictional History, and Historical Reality” que teve lugar em Lisboa, entre os dias 5 e 7 de Março de 2020.

A Rainha portuguesa de origem espanhola, D. Carlota Joaquina (1755-1830) nunca surgiu nessas narrativas cuja acção decorre ao tempo das Invasões Francesas, possivelmente por se tratar de uma personagem feminina e, portanto, não directamente envolvida na Guerra. Todavia, D. Carlota ficou para a História como uma figura bastante controversa, enquanto Rainha, como mulher de D. João e, talvez sobretudo, como mãe do Infante D. Miguel, tendo desempenhado um papel bastante activo tanto ao tempo das Invasões Francesas como, particularmente, aquando da Revolução Liberal, cujo bicentenário se comemora este ano.

Já bastante tempo depois de ter terminado o estudo atrás referido, deparei-me com um romance britânico, da autoria de F.W. Kenyon, publicado em 1958. Deste modo, levantaram-se-me várias questões que pretendo, de algum modo, discutir ao longo deste artigo: Quem é o autor? Por que razão escolheu D. Carlota Joaquina para protagonizar o seu romance? Será que esta escolha decorreu do facto de ter sido uma figura algo marginalizada ou silenciada pela historiografia portuguesa ou porque, pelo contrário, foi uma Rainha amada pela população brasileira? Em que medida o momento da escrita – 1958 – poderá ter condicionado a escolha do romancista? De que modo se ficcionalizaram os episódios relacionados com as lutas liberais em que esteve envolvida?

Comece-se por tentar construir o perfil de F.W. Kenyon.

1. Kenyon e as Grandes Mulheres da História

Nascido em Lancashire, em Inglaterra, onde passou a sua infância, Frank Wilson Kenyon (6 de Julho de 1912 - 6 de Fevereiro de 1989) emigrou com a família para a Nova Zelândia, quando tinha doze anos, ou seja, em 1924. Aí descobriu alguns dos escritores que mais tarde influenciariam, de algum modo, o seu trabalho, como Charles Dickens, Guy de Maupassant, Somerset Maugham ou H.G. Wells. Assim, com vinte e poucos anos, no início dos anos trinta, mudou-se para Londres com o intuito de desenvolver uma carreira

de escritor. Os seus romances históricos, publicados entre 1955 e 1974, centram-se, quase na totalidade, em figuras femininas, como a amante de *Lord Nelson*, Emma, *Lady Hamilton*,¹ a Rainha Marie Antoinette,² Mary Stuart, Rainha da Escócia,³ a Imperatriz Josephine,⁴ Lucrecia Borgia,⁵ Elizabeth I⁶ ou, ainda, *Lady Jane Grey*.⁷

Conhecendo-se pouco da sua vida, pode, contudo, facilmente concluir-se que Kenyon se interessou por grandes mulheres da História, cujas vidas pretendeu reconstruir através dos seus romances de cariz biográfico. Para além disso, deve recordar-se que, em 1947, Marcus Cheke publicara a obra *Carlota Joaquina, Queen of Portugal*, o que poderá ter facilitado (ou até inspirado) a tarefa de Kenyon. Embora não se possa comparar, em importância, nomeadamente à escala europeia, às outras figuras femininas retratadas por Kenyon, a Rainha alcançou, todavia, grande relevo no Brasil, onde, aliás, a obra foi traduzida, em 1960, sob o título *Nunca uma Santa. A Incrível Carlota Joaquina*, o que não se verificou em Portugal. Em 1995, a tradução foi alvo de uma adaptação filmica também brasileira, intitulada *Carlota Joaquina, Princesa do Brasil*, com actores bem conhecidos do público (como Marieta Severa e Marco Nanini nos principais papéis), o que terá decerto contribuído para a popularização da figura.

Se se comparar um retrato da época de D. Carlota com a imagem reproduzida na capa tanto da edição britânica como da brasileira, percebe-se claramente que as duas visões aí projectadas da Rainha se afiguram claramente opostas:

1 V. *Emma, Lady Hamilton* (1955).

2 V. *Marie Antoinette* (1956).

3 V. *Mary of Scotland* (1956).

4 V. *The Emperor's Lady* (1958).

5 V. *The Naked Sword: the Story of Lucrezia Borgia* (1968).

6 V. *Shadow in the Sun: the Secret of Elizabeth I, the Virgin Queen* (1972).

7 V. *Henry VIII's Secret Daughter: the Tragedy of Lady Jane Grey* (1974).



D. Carlota Joaquina, Rainha Consorte/*Never a Saint*

No presente artigo interessa-me explorar não tanto a sua presença no Brasil, mas antes três outros vectores que se destacaram na leitura da obra: 1) a complexa relação conjugal entre D. Carlota e D. João; 2) o episódio da partida da Corte para o Brasil em consequência da invasão francesa comandada por Junot; 3) e, por último (mas mais importante no âmbito deste número da REAP/JAPS), o papel atribuído a D. Carlota na sua tentativa de manter o regime absoluto e de tornar o seu filho, D. Miguel, rei de Portugal, ao tempo da Revolução Liberal.

2. “Poor João, what a delightful dance this little imp will lead him”: um Casamento Disfuncional

Chegada a Lisboa em Maio de 1785, D. Carlota Joaquina de Bourbon viria a contrair matrimónio com o Príncipe D. João (futuro D. João VI) no dia 9 de Junho desse ano, quando a noiva tinha apenas dez anos. Por esta razão, o casamento não se consumou de imediato, esperando-se que D. Carlota se tornasse apta a conceber e a gerar

filhos. Durante esse tempo, em que D. João permaneceu em Mafra e D. Carlota no Palácio de Queluz, sobressai, nos primeiros capítulos do romance, a relação terna, quase de mãe-filha, estabelecida entre D. Maria I e a pequena Infanta de Espanha, confirmada, aliás, pela historiografia, e que se manteria, no romance, durante a estada no Brasil. A alegria e a vivacidade de Carlota Joaquina pareciam ser responsáveis pelas raras horas de descontração de D. Maria I, que já dava alguns sinais da doença que a acompanharia até à morte.

De facto, desde cedo que a pequena Princesa mostrou ser detentora de um espírito vivo, perspicaz, alegre e temerário, mas também malicioso, marcado por uma forte ambição, bem como por frequentes ataques de mau-génio, sempre que algo lhe desagradava.

Por outro lado, o ambiente vivido na Corte dos Bragança diferenciava-se, em muitos aspectos, da bem mais divertida Corte espanhola. No reinado de D. Maria I, marcado pela ascensão de um grupo conservador da nobreza e do clero, as representações de comédias, bem como a realização de bailes ou festas eram muito raras. Deste modo, a Infanta Carlota estranhou essa vivência austera e algo rude, que contrastava com o fausto e o requinte a que estava habituada, aspecto explorado no romance em apreço, nomeadamente na visão britânica algo estereotipada dos portugueses, veiculada através dos pensamentos da jovem Carlota:

(...) she [Carlota] wondered if the life at the Ajuda Palace (...) would be gayer than life at Queluz. (...) She liked the opera house and the nearby botanic gardens, but she deplored the dirtiness of the palace courtyards, galleries and corridors. (...) One should remember, she told herself, that the Portuguese, in comparison with the Spanish, were uncouth, often filthy and barely civilized. One should remember and make allowances. (15)

O primeiro encontro entre os dois cônjuges ocorreu no dia do casamento e, na narrativa em apreço, não foi particularmente feliz, pois D. João, numa imagem algo caricaturada, comparecera atrasado, indeciso e a mastigar uma perna de frango que guardava no bolso das calças, fazendo com que Carlota se sentisse humilhada e aterrorizada

ao pensar que teria que viver para sempre ao lado daquele homem gordo e desprezível. Todavia, D. João revelar-se-ia um bom amante (pelo menos nos primeiros anos do casamento) constituindo esta a sua única qualidade aos olhos da mulher,⁸ a qual não perdia uma oportunidade para urdir intrigas com o intuito de alcançar mais poder do que o marido. De facto, em relação a todos os outros aspectos da vida em comum, o casal estava sempre em desacordo e, não raro, em clara oposição política, como se verificou em duas circunstâncias paradigmáticas: a partida da família real para o Brasil, em Novembro de 1807; e no contexto das lutas entre absolutistas e liberais que, no romance, abarcam diversos episódios: o regresso da Corte a Lisboa (1820), a recusa da Rainha em assinar a Constituição (1822), o seu aprisionamento no Palácio do Ramalhão, a Vila-Francada (Maio de 1823), a Abrilada (Abril de 1824), a subida ao trono do filho D. Miguel e, finalmente, a sua morte, em 1830.

3. “War is inevitable, inevitable!”: a Partida da Família Real para o Brasil

Recorde-se que quando Napoleão Bonaparte decretou o Bloqueio Continental, em 1806, o país não apresentava condições para organizar um exército suficiente forte com o qual pudesse oferecer resistência eficaz às tropas francesas. Esta deliberação levou o Governo português a procurar uma solução para obviar a circunstância ingrata e melindrosa a que tinha sido conduzido. Entre romper com a secular aliança luso-britânica ou continuar fiel ao seu compromisso político-económico mais antigo, o Governo teria na realidade que escolher entre a possibilidade de a Grã-Bretanha controlar o império português ou deixar que fossem os franceses a fazê-lo.⁹ De facto, qualquer opção

8 Recorde-se que, entre 1773 e 1806, o casal real teve oito filhos: Maria Teresa, Francisco António, Maria Isabel, Pedro I, Maria Francisca, Isabel Maria (Regente e inimiga da Mãe), Miguel I e Ana de Jesus Maria. Exceptua-se aqui Maria da Assunção, filha ilegítima de D. João, que foi, no entanto, reconhecida pelo Príncipe Regente e baptizada no Palácio de Queluz, em 1805.

9 Cf. Terenas 2012, 167 e 169.

traria inegáveis desvantagens, por isso, D. João tentou inicialmente uma solução de compromisso, que se manteve durante cerca de um ano, até Bonaparte se decidir pela invasão.

Nestas circunstâncias havia que tomar uma decisão, pelo que a partida para o Brasil se afigurou a mais aconselhável. Assim, enquanto D. Carlota Joaquina se mostrou desfavorável, temendo que a História viesse a registar o acontecimento como uma “fuga cobarde”, D. João, com o apoio dos britânicos, entendeu-a como uma estratégia política para mudar a capital do reino, o qual, deste modo, não poderia vir a ser oficialmente conquistado pelos franceses quando estes chegassem a Lisboa. As posições dos cônjuges afiguram-se claras no seguinte diálogo travado entre ambos:

‘If you flee like a coward to Brazil’, she said scathingly, ‘you will be known to history as João the Runaway.’ (...)

‘I see nothing dishonourable in turning to Brazil,’ João said pleading. ‘My sole intention in planning to go there is to preserve the crown. What the better move, my love, than to remove the seat of government to Rio de Janeiro, there to wait, and hope, and plan for a triumphant return to Portugal?’

He collapsed into a chair and begged Carlota to give him another glass of lemonade. (143)

Contudo, deve registar-se que as posições dos cônjuges reais no romance reflectiam sobretudo as duas facções opostas existentes não só no Conselho de Estado, mas também no seio da população portuguesa, em geral, e da lisboeta em particular. Deste modo, também a historiografia se dividiu em relação à transferência da Corte para o Brasil, uns considerando-a uma fuga e outros, mais recentes, defendendo-a como uma estratégia cuidadosamente pensada. Assim, em 1958, a posição de D. Carlota talvez fizesse mais sentido do que a de D. João, o qual parecia render-se, algo impotente, à pressão ameaçadora exercida pelo Embaixador britânico: “João said wearily: “The English ambassador has closed the legation in Lisbon and gone aboard the English flagship. English warships are now blockading Lisbon”’. (169)

Aquando da atribulada partida propriamente dita, ocorrida no dia 27 de Novembro de 1807, D. Carlota, contrariamente a D. João e, sobretudo a D. Maria I, mostra-se, no romance em apreço, calma, a pensar na melhor forma de tirar partido da situação e a delinear planos estratégicos para o futuro, nomeadamente face à sua posição no Rio de Janeiro e, mais tarde, à de seu filho D. Miguel, em Portugal:

She was ambitious now for Miguel. The future triumph in Portugal must be his (...). She would work for it [in Brazil] and enjoy it vicariously. She laughed ruefully to herself. What a task to set oneself! (...) She drew Miguel close to against her. (...) 'Brazil is the gateway through which we will return in triumph to the only world that matters. And that, my son, will be *your* world. I swear it, Miguel, I swear it! (171, 174)

De facto, durante a estada no Rio de Janeiro, D. Carlota, a partir da sua residência no antigo convento de Santa Clara, dedicou-se a conspirar contra D. João, com o apoio secreto de *Sir* Sidney Smith,¹⁰ no sentido de governar, como regente, uma das colónias espanholas na América do Sul, tal como se pode subentender no seguinte passo: "During the next two weeks *Sir* Sidney appeared frequently at the palace and made reports on the progress of what he termed the 'mission' which Carlota had entrusted him." (183) A trama desenvolve-se sobretudo nos capítulos 2 e 3 da parte IV, incluindo uma relação amorosa entre ambos. Todavia, o projecto falhou inteiramente e, a pedido de D. João, *Sir* Sidney foi substituído por outro vice-almirante britânico.

Ao mesmo tempo, D. Carlota ia preparando o regresso a Portugal, que se deu após a Revolução Liberal de 1820, sempre com o apoio do seu filho dilecto.

10 Em Novembro de 1807, em consequência da invasão francesa comandada por Junot, *Sir* William Sidney Smith (1764-1840) foi nomeado para comandar uma expedição a Lisboa com o intuito de, se necessário, bloquear o porto da capital. Escoltou Família Real portuguesa durante a viagem até ao Brasil, tendo, por isso, sido agraciado por D. João com a Grã-Cruz da recém restaurada Ordem Militar da Torre e da Espada. Todavia, planeou um ataque às colónias espanholas da América do Sul, em conjunto com alguns portugueses, contrariando as ordens recebidas de Londres, pelo que foi chamado de volta à Grã-Bretanha, em 1809, antes de conseguir realizar os seus planos. Não obstante, em Julho de 1810, foi promovido a Vice-Almirante.

4. “Ambition was the driving force of her life”: Da Recusa a Jurar a Constituição até à sua Morte

Deste modo, pode afirmar-se que a acção de D. Carlota Joaquina se tonou mais visível, em Portugal, nos últimos oito anos da sua vida, ou seja, entre 1822 e 1830. Aliada a um grupo de nobres e de membros do clero que não simpatizavam com ao novo regime, a Rainha (sedeada no Palácio de Queluz) começou por urdir uma conspiração com o intuito de forçar D. João VI (residente no Palácio da Bemposta) a abdicar e a abolir a Constituição, a qual, aliás, se recusou a jurar juntamente com o Cardeal-Patriarca de Lisboa (D. Carlos da Cunha Menezes). Esse momento foi recriado no romance, com a presença de Manuel Fernandes Tomás (1771-1822), um dos mais notáveis inspiradores e organizadores da Revolução de 1820, sublinhando-se a arrogância e, ao mesmo tempo, a determinação inabalável de D. Carlota:

Fernandez Tomaz [*sic*] stepped forward angrily. ‘Dona Carlota, I have here’ – he flourished before her a folded sheet of paper – ‘a copy of the oath of allegiance. Take it, please; repeat the oath before these witnesses.’

Carlota snatched up the paper, tore it in half and dropped the pieces on the carpet.

‘That, Senhor Pomposity, is what I think of your oath of allegiance!’

Thomaz [*sic*] smiled thinly. ‘Your Majesty prefers exile.’

‘Exile? Where would you like to send me? Spain, perhaps? (...) Or perhaps you would rather send me straight to France?’ (...) Send me to France if you must, but blame nobody but yourselves if I return with a French army.’

Tomaz [*sic*] had paled suddenly. (...) [He] picked up the two halves of the oath. He fiddled with them; he place them shakily together; he looked at Carlota pleadingly.

‘I beseech you, Dona Carlota, swear the oath of allegiance to the Constitutional Code and let us be friends.’

‘Friends?’

‘At least let us cease to be enemies.’

‘Never!’ Carlota cried. ‘Send me into exile if you must. Do your worst. Do it, Senhor, and take the consequences.’ (262)

Uma vez descoberta e fracassada a sua conspiração, as Cortes decidiram desterrar a Rainha para o Palácio do Ramalhão, o que ela aceitou com agrado, pois tal isolamento permitir-lhe-ia dar continuidade aos seus planos. No romance, a acção da Rainha foi associada à contra-revolução de 23 de Fevereiro de 1823, chefiada pelo 2º Conde de Amarante,¹¹ pois a precipitação deste último e o consequente fracasso da sua iniciativa teve como objectivo valorizar a prudência de Carlota Joaquina na planificação das suas acções:

During the two months she had been at Ramalhão, Carlota had been in constant communication with Amarante, the commander of the Vila Real garrison. Under guard as she was, it had been easy enough to send and receive messages, if only through Miguel, who came and went in complete freedom. Amarante had argued that with his men ready to support a counter-revolution it would be folly to delay too long, but repeatedly Carlota had pointed out that in her opinion the country as a whole was not yet prepared for violent action.

‘Amarante issued a gallant proclamation,’ Miguel [said] (...) the Queen is in exile and must be reinstated... (...) Down with the Cortes, death to the Constitution, long live the absolute King! (...)

‘Amarante is a fool!’ Carlota cried angrily. ‘Time and again I told him to wait patiently until I gave the word.’ (...)

During the next two weeks contradictory reports reached Lisbon. (...) Amarante had fled across the border into Spain. This last (...) rumour (...) was finally confirmed (...).

‘The enemies of liberty have been crushed at the first engagement,’ ran the official announcement. (269)

Ainda a partir de Sintra, D. Carlota, desta feita com o apoio de vários oficiais e de regimentos, sob o comando de D. Miguel, urdiu o movimento conhecido por Vila-Francada, que eclodiu em Maio de 1823.

11 Tratava-se de Manuel da Silva Pinto da Fonseca Teixeira, 2º conde de Amarante e 1º Marquês de Chaves (1784-1830), que deu início, em Vila Real, a uma revolta absolutista com o apoio de militares e de outros homens do Norte descontentes com a governação liberal. Cf. Peralta Garcia e Terenas 2020.

No romance, tudo foi planeado pela Rainha, com o mesmo intuito, limitando-se D. Miguel a obedecer às suas ordens. (271) Como se sabe, o Infante D. Miguel, com o apoio de um regimento de infantaria, deslocou-se a Vila Franca, onde foram dadas vivas à monarquia absoluta. Mãe e filho projectavam, decerto, a abdicação de D. João VI, que se mantivera fiel à Constituição. Porém, o Rei chegou de surpresa, obrigou o filho a submeter-se-lhe e regressou à capital em triunfo como monarca absoluto. As Cortes dispersaram-se, vários políticos liberais partiram para o exílio, o regime absolutista foi restaurado, mas D. João VI impediu a ascensão ao poder da facção mais radical, mantendo uma posição moderada.

Contudo, D. Carlota, D. Miguel e os seus apoiantes continuaram a conspirar e cerca de menos de um ano depois eclodiu uma nova revolta absolutista, a Abrilada, em 30 de Abril de 1824, que resultou no exílio do Infante D. Miguel em Viena e no de D. Carlota no Palácio de Queluz. Assim, os capítulos 7 e 10 da última parte do romance assentam na troca de correspondência mantida entre mãe e filho. Percebe-se que a saúde de D. Carlota se vai agravando, embora nunca perca a esperança de ver D. Miguel no trono de Portugal, nomeadamente através do noivado com a legítima herdeira, a sua sobrinha D. Maria da Glória, em consequência da abdicação de D. Pedro. Efectivamente, D. Miguel regressa a Lisboa, depois da morte do Pai (ocorrida em Março de 1826), tendo sido recebido pela população com grandes festejos. Para D. Carlota, “this was the most important day of [her] life”. (308)

Reflexões Finais

Como refere Gillian Polack, em *History and Fiction*, o interesse do escritor numa determinada personalidade do passado determina o tipo de história que pretende reconstruir, (2016, 173) pelo que o final feliz escolhido por Kenyon para o romance decorre do facto de D. Carlota Joaquina integrar o “seu” grupo de “grandes mulheres da História”, cujas biografias decidiu romancear. Neste caso, as circunstâncias que

condicionaram a reinterpretação dos factos do passado não decorrem propriamente do momento da escrita, como se verifica amiúde, mas sim das opções literárias do autor, bem como da influência que nele terá exercido um certo imaginário colectivo brasileiro.

De acordo com a historiografia portuguesa, D. Carlota não desempenhou qualquer papel relevante durante o reinado de D. Miguel (1828-1832), não só porque morreu em 1830, mas também porque o seu filho predilecto não a retirou do desterro quando subiu ao trono. D. Carlota teria falecido sozinha e amargurada, até porque se verificara, entretanto, um afastamento gradual entre mãe e filho nos últimos anos de vida da viúva de D. João VI.

Kenyon respeita pelo menos três dos quatro factores-chave definidos por Polack para a construção de um romance histórico: investigação aturada da época, tanto do ponto de vista do enquadramento histórico e político-cultural como da caracterização das personagens da História retratadas no romance; interpretação dos dados recolhidos dentro dos limites do credível; e responsabilidade na recriação pormenorizada de acontecimentos e ambientes. Não existe, todavia, referência a fontes ou notas explicativas face ao que é comprovável pela historiografia e o que foi intencionalmente “inventado” pelo escritor, nem qualquer relação dialógica entre o passado e o presente, o que corresponderia ao factor transparência.

Na verdade, a principal mensagem veiculada pelo romance – sem correspondência com a historiografia – assenta na imagem de uma D. Carlota Joaquina triunfante, que conseguiu atingir o seu objectivo último: elevar a Rei o filho favorito. Deste modo, na narrativa em apreço, D. Carlota assistiu, orgulhosa e triunfante, à sua coroação, tendo morrido feliz, com D. Miguel a seu lado, a quem dirigiu as suas últimas palavras:

‘It is my wish (...) that my spirit will live on for ever in Portugal. Tell the people that I have become a symbol, a holy, living symbol. (...) And say that I died as I lived, bravely, fearlessly. Add, please, that my life was one of virtue and resignation. (...)’

‘Your Majesty’s wishes shall be carried out (...). God rest your soul, Little Mother. (319)

Assim, a forma como a protagonista tem consciência de contribuir para a constituição da História resulta, no romance, num processo de (re)construção do passado de forma recuperativa, em vez de revisionista, com o objectivo de propor novas formas de olhar para as mulheres de outrora, mostrando-se o autor mais interessado em representar situações em que D. Carlota viveu experiências decerto muito diferentes das expectáveis quando foi escolhida para casar com D. João. De facto, nunca foi uma santa (*Never a Saint*), mas a marca da sua diferença aproxima-a mais das mulheres da contemporaneidade. Para isso, contribuiu, em muito, o papel desempenhado (na História e na ficção) nos acontecimentos decorridos em consequência da Revolução Liberal, aqui percebidos por um autor britânico.

Obras Citadas

- Camurati, Carla (realização de). *Carlota Joaquina, Princesa do Brasil*, 1995.
- Cheke, Marcus. *Carlota Joaquina, Queen of Portugal*. London: Sidgwick and Jackson Limited, 1947.
- Kenyon, F. W. *Never a Saint*. London: Hutchinson & Co. Ltd., 1958.
- . *Nunca uma Santa. A Incrível Carlota Joaquina*. Tradução de Paulo Peçanha de Figueiredo Jr.. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda., 1960.
- Peralta Garcia, Beatriz e Gabriela Gândara Terenas. "*Contadles a los Españoles*": *Poesía Portuguesa del Trienio Liberal. Estudio Crítico y Corpus Bilingüe Anotado*. Salamanca: Ediciones Universidad, 2019.
- Polack, Gillian. *History and Fiction: Writers, their Research, Worlds and Stories*. Bern: Peter Lang, 2016.
- Terenas, Gabriela Gândara. *Entre a História e a Ficção: As Invasões Francesas em Narrativas Portuguesas e Britânicas*. Lisboa: Caleidoscópico, 2012.